



Publicações Prefeitura de Mariana

Legislação: Leis Ordinárias

Legislação: Leis Ordinárias

LEI Nº 3.212, DE 18 DE ABRIL DE 2018

“Dá nova redação a Lei nº 2.737, de 10 de julho de 2013 e dá outras providências”.

O Povo do Município de Mariana por seus representantes legais aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 2.737, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher passará a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º. *Com a finalidade de dar eficácia plena ao disposto no art. 13, X, da Lei Orgânica Municipal, fica instituído no Município de Mariana o Programa Municipal de Garantia de Renda Mínima e Inclusão Produtiva da Mulher, com objetivo único de oferecer apoio institucional às unidades familiares chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social, com vistas à capacitação para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza e a promoção da dignidade e do desenvolvimento humano sustentável.*

Art. 2º. *Para fins desta lei considera-se mulher provedora aquela que é referência econômica da família, identificada por meio de estudo social competente, que tenha capacidade plena para o trabalho e que teve a sua empregabilidade limitada pela maternidade, os afazeres doméstico-familiares, a baixa escolaridade ou a falta de qualificação profissional.*

Parágrafo Único - Não constituem público-alvo do programa, menores de idade, mulheres acima de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade ou incapazes de qualquer espécie que possam ser atendidas por outros programas sociais.

Capítulo I

Do Programa de Inclusão Produtiva

Art. 3º. Define-se o Programa de Inclusão Produtiva como um instrumento de atuação da política pública de combate às causas da pobreza, tendo por alvo as famílias referidas por mulheres, visando acudir às suas necessidades imediatas e criar arranjos produtivos organizados em micro empreendimentos sustentáveis, que se dedicam a segmentos particularizados de abastecimento do mercado local e regional com produtos e serviços que possam ser ofertados pelas mulheres-provedoras em horários alternativos, propiciando condições de manutenção econômico-material do lar e organização afetivo-doméstica da família.

Art. 4º. O Programa que trata o artigo anterior congrega um conjunto de ações que tem por objetivo, entre outros resultados esperados:

- a. Atender às famílias referidas por mulheres e em situação de vulnerabilidade social concedendo auxílio financeiro para suprir suas necessidades básicas imediatas de alimentação, vestuário, higiene e saúde;
- b. Promover a reinserção da mulher-provedora ao mercado de trabalho e nos processos de economia formal;
- c. Propiciar qualificação, capacitação e readequação profissional, bem como meios de promoção das iniciativas de formação de arranjos produtivos e geração de rendas alternativas;
- d. Oferecer oportunidade de reintegração ao processo educacional, como meio de promoção e desenvolvimento humano;
- e. Promover ações conjuntas com outros entes de Estado e instituições para a formação de unidades familiares econômica, ambiental e socialmente sustentáveis;
- f. Promover e apoiar projetos de combate à fome e à pobreza em articulação com iniciativas locais, regionais e nacionais de eco desenvolvimento, economia solidária e empreendedorismo, como meios de redução dos impactos sociais da pobreza;
- g. Constituir um vigoroso projeto de economia solidária, com capacitação, requalificação e estímulo ao empreendedorismo solidário e ambientalmente responsável;

Capítulo II

Do Processo Seletivo

Art. 5º. O Programa atenderá mulheres provedoras previamente selecionadas de acordo com diagnóstico da unidade familiar, que serão encaminhadas para projetos de qualificação profissional e geração de renda alternativa, de acordo com suas habilidades, através de cursos de capacitação, oficinas, palestras e ações afins, com carga horária correspondente a 4 horas diárias, definido como aprendizado em atividade, nos locais indicados pela coordenadoria do programa.

§ 1º - O Município poderá, em caráter excepcional e temporário, alocar as beneficiárias do programa nos diversos setores da administração pública direta ou indireta, além da sociedade civil organizada, em especial as entidades e associações de cunho social, com a finalidade de promover à qualificação profissional em atividade, observada as disposições do art. 9º desta Lei.

§ 2º - A participação de cursos de capacitação, oficinas, palestras e ações afins, serão ministradas pela coordenadoria do Programa durante o período de 04 horas diárias, sem prejuízo do auxílio que lhe é concedido mensalmente.

Art. 6º. A inscrição no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal e a realização de um diagnóstico da unidade familiar que aponte a situação de vulnerabilidade social é critério essencial para ingresso no Programa de Inclusão Produtiva, sendo que a seleção será realizada por processo técnico de inserção de acordo com habilidades e aptidões da provedora da unidade familiar, mediante critérios a serem fixados por Decreto.

Art. 7º. O diagnóstico, a que se refere o artigo anterior, tem como propósito indicar as ações necessárias para os fins desta lei e orientar políticas públicas para a inclusão, e será realizado por uma equipe multiprofissional composta por um técnico de referência do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e um Coordenador do Programa.

Art. 8º. O Município poderá firmar convênio de cooperação com entidades que possam orientar a realização do diagnóstico da situação familiar e identificar as aptidões das provedoras a serem desenvolvidas pelo Programa.

Capítulo III

Do Benefício social e da garantia de renda mínima

Art. 9º. Para atender esta Lei e por se tratar de programa social, a beneficiária receberá

bolsa em contra partida da execução de suas atividades, ficando a mesma para sua manutenção no referido programa, obrigada mensalmente a realizar sua respectiva Contribuição Previdenciária junto ao INSS.

§ 1º - *A beneficiária mensalmente deverá apresentar as vias originais da contribuição realizada.*

§ 2º - *A contribuição de que se trata o caput deste artigo poderá ser aquela descrita nos §§ 12 e 13 do artigo 201 da CF/88 e pelo artigo 21, § 2º, inciso II, alínea "b" e § 4º da Lei 12.470/2011 que dispõe sobre o plano de custeio da previdência social.*

Art. 10. *Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro a cada uma das unidades familiares inseridas no programa, com jornada de 20 (vinte) horas semanais, a razão de 50% (cinquenta por cento) do valor do salário mínimo vigente, reajustado por ato do Poder Executivo.*

Art. 11. *Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio alimentação a cada uma das unidades familiares inseridas no programa, calculado à razão de 50% (cinquenta por cento) do valor ofertado aos servidores municipais de nível I.*

Parágrafo Único - *As beneficiárias do Programa poderão aferir outros auxílios que poderão ser oferecidos mediante a entrega de gêneros alimentícios em espécie ou a concessão de vale-alimentação, cartão alimentação ou dispositivo semelhante.*

Seção I

Do Apoio à Unidade Familiar

Art. 12. *Às famílias inseridas no Programa será ofertada assistência jurídica que tenha por objetivo o reconhecimento de paternidade ou a obtenção de auxílio financeiro para alimentação e educação da prole junto a quem de direito e, ainda, a regularização de documentos pessoais e profissionais.*

Art. 13. *Visando a estabilidade financeira da família os filhos em idade produtiva poderão ser inseridos em programas que formação profissional, mantidos pelo Município ou por entidade a este vinculada, desde que preenchidos os critérios dos programas oferecidos pela*

Art. 14. *As mulheres provedoras incluídas no Programa e que reúnam condições para disputar vagas no mercado formal de trabalho, de acordo com suas aptidões ou habilidades, serão cadastradas no Serviço de Emprego mantido pelo Município.*

Capítulo IV

Da Exclusão do Programa

Art. 15. *São condições para manutenção da unidade familiar no Programa e a percepção dos benefícios instituídos pelo Município:*

- a. *A frequência e a participação nos cursos de capacitação e programas de reinserção promovidos pelo Município;*
- b. *A matrícula e frequência regular dos filhos ou menores assistidos em unidades escolares mantidas pelo Município quer sejam, creches, escolas de ensino regular ou de educação em tempo integral, aquela que for apontada no Diagnóstico da Unidade Familiar.*
- c. *Inscrição no Serviço de Emprego mantido pelo Município - SINE.*
- d. *A participação em reuniões e demais ações realizadas pela Coordenação do Programa.*

Art. 16. *A matrícula da beneficiária no Programa de Inclusão Produtiva poderá ser cancelada:*

- a. *A pedido da unidade familiar;*
- b. *Por modificação na situação socioeconômica da entidade familiar que não justifique mais a permanência no programa;*
- c. *Por encaminhamento com êxito da provedora ao mercado de trabalho;*
- d. *Por desenvolvimento autônomo de atividades produtivas pela provedora, suficientes para o sustento da unidade familiar;*
- e. *Por abandono das atividades superiores a 30 (trinta) dias;*
- f. *Por faltas injustificadas superiores a 05 (cinco) dias consecutivos ou intercalados;*
- g. *Por descumprimento das obrigações acessórias mencionadas nesta lei e determinadas em regimento interno;*
- h. *Por descumprimento das obrigações com os menores assistidos, conforme previsto na alínea "b" do art. 15 desta Lei;*
- i. *Por decurso de prazo;*
- j. *Por descumprimento das normas do Regimento Interno do Programa;*
- k. *Conforme avaliação da Assistente Social que compõe a gestão Programa, na forma do art. 6º e*

art. 17, § 2º, desta Lei;

l. Por descumprimento das determinações no art. 9º desta Lei.

Art. 17. *O tempo de permanência da beneficiária no Programa é de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, por meio de estudo social realizado por técnico vinculado a Assistência Social.*

§ 1º - *Após findado o prazo máximo para permanência da beneficiária no Programa será necessário a realização de estudo social da unidade familiar a que ela pertence, que determinará o lapso temporal de permanência no Programa por um período máximo de 6 (seis) meses.*

§ 2º - *A cada 12 (doze) meses a família assistida passará por avaliação socioeconômica a fim de verificar o êxito do programa e apontar medidas para sua adequação, suspensão ou continuidade.*

Capítulo V

Dos Programas específicos de Empreendedorismo

Art. 18. *Sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania o Município poderá criar núcleos de incubação de atividades econômicas, visando à formação de pequenos arranjos produtivos que possam vir a ser sustentáveis, oferecendo meios de ganhos à família assistida, independente do vínculo de emprego.*

Art. 19. *Os arranjos produtivos criados ou incentivados contarão com apoio técnico para produção e circulação dos bens e serviços produzidos, na forma disposta na LC 071/2010 no que se refere à organização jurídica do negócio, controle da qualidade do produto, código de barras, embalagens e visibilidade da produção.*

Art. 20. *No incentivo ao empreendedorismo o Município poderá estabelecer central de apoio técnico administrativo aos negócios incubados, propiciando ainda meios de acesso aos mercados, ao crédito e à justiça, valendo-se dos mecanismos insertos na Lei Complementar Municipal nº 071/2010, especificamente no que se refere à aquisição da produção por meio de programa de Compras Governamentais Seletivas.*

Art. 21. *Mediante estudo de viabilidade econômica o Município poderá criar e manter núcleos de incubação nas seguintes atividades:*

I - Agroindústria:

- a) Produção de alimentos (horta comunitária)*
- b) Processamento de alimentos (lavar, descascar, picar, ralar, embalar).*
- c) Aproveitamento industrial de alimentos (cozimento, congelamento, doce).*
- d) Criação de pequenos animais (galinhas, codornas, coelhos).*

II - Manufatura Industrial:

- a. Uniformes escolares (confecção e silcagem)*
- b. Uniformes profissionais (confecção e silcagem)*
- c. Tricô, crochê e malharia (confecção).*
- d. Camisetas promocionais (confecção e silcagem)*
- e. Fraudas descartáveis, infantis e geriátricas (produção).*
- f. Brinquedos pedagógicos (produção)*

III - Manufatura Semi-industrial:

- a. Quitandas e produtos de confeitaria (bolos, biscoitos, salgados).*
- b. Artesanato (todos)*

IV - Serviços:

- a. Lavanderia Industrial*
- b. Jardinagem (produção de mudas, plantio e conservação).*
- c. Zeladoria (faxina e conservação de prédios)*
- d. Recuperação de móveis (oficina)*

V - Reaproveitamento de Resíduos

a. Reciclagem e produção de adubo orgânico

Art. 22. *Na criação e manutenção de núcleos de incubação de arranjos produtivos poderá o Município adquirir equipamentos, locar espaço, adquirir matérias primas e contratar instrutores, ou consultores, bem como desenvolver, às suas expensas, as ferramentas necessárias para distribuição comercial da produção, até a sustentabilidade do negócio.*

Capítulo VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 23. *Ficam criadas 380 (trezentas e oitenta) vagas em função pública de Agente de Serviços, destinadas a acolher as provedoras de unidade familiar alcançadas pelo programa ora criado.*

Art. 24. *As despesas criadas por esta lei serão suportadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social.*

Art. 25. *A fiscalização do Programa de Inclusão Produtiva é de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.*

Art. 26. *O Poder Executivo, por Decreto, poderá regulamentar as disposições desta lei, objetivando melhor alcance das disposições nela contidas e conferir maior eficiência ao programa.*

Art. 2º - O Poder Executivo Municipal fará publicar no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mariana (DOEM), no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, texto consolidado da Lei Municipal nº 2.737/2013.

Art. 3º. Integra a presente Lei o demonstrativo de impacto orçamentário-financeiro, na forma do Anexo I, nos termos da Lei Federal Complementar nº 101/2000.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Mariana, 18 de abril de 2018.

Duarte Eustáquio Gonçalves Junior

Prefeito Municipal de Mariana

Legislação: Decretos

Legislação: Decretos

DECRETO Nº 9.328, DE 25 DE ABRIL DE 2018

“Concede licença a funcionário que menciona e dá outras providências”

O Prefeito Municipal de Mariana, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, no uso das suas atribuições legais e na forma prescrita no artigo 92, VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando, a instituição do regime jurídico do servidor público do município de Mariana - Regime Estatutário, a partir do dia 01/01/2002;

Considerando o teor da Lei Complementar nº 003/2001, que introduziu o Plano de Cargos, Carreira e Salários do servidor público municipal;

Considerando a solicitação formal de pedido de licença sem remuneração efetuada pela servidora mencionada, conforme Processo Administrativo PRO nº 2316/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a licença sem vencimento pelo período de 02 (dois) anos à servidora **Verena Hilário de Souza Mendes**, ocupante do cargo efetivo de **Médica de Atenção Primária**, **Matrícula nº 26.757**, com início em **02/05/2018** e término em **01/05/2020**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste Decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.

Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior

Prefeito Municipal

Licitações: Inexigibilidade e Dispensa

Licitações: Inexigibilidade e Dispensa

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2018 - Fica ratificada a inexigibilidade de licitação para apresentação artística de **Renatinho & seu teclado**, respectivamente, em festividades populares promovidas pela Administração Municipal, através do senhor RENATO ARLINDO TEIXEIRA, CPF nº 064.576.886-32, **no valor total** de R\$ 6.000,00 na **dotação orçamentária** 2401.13.392.0016.2.074 339039 1100 Ficha 594 **Fund. Legal:** Art. 25, III da Lei 8666/93 e suas alterações. Mariana, 25/04/2018 Efraim Leopoldo Rocha - Secretário Municipal de Cultura Turismo e Patrimônio.

Licitações: Tomada de Preços

Licitações: Tomada de Preços

Prefeitura Municipal de Mariana/MG - Torna publica a revogação da Tomada de Preço 09/2018 nos termos do art. 49 da lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto:** Contratação de empresa de engenharia para implantação e melhorias na pista de caminhada do Distrito de Bandeirantes, Mariana/MG. Contrato de Financiamento BDMG N°241.673/18. Mariana 29 de novembro de 2017. Fabio Fernandes Vieira(Ordenador de Despesas).

Prefeitura Municipal de Mariana/MG - Torna publica a revogação da Tomada de Preço 012/2018 nos termos do art. 49 da lei 8.666/93 e suas alterações. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de execução de estrutura de contenção no Distrito de Santa Rita Durão, Município de Mariana. Contrato de financiamento BDMG/BF nº241.673/18. Mariana 27 de abril de 2017. Fabio Fernandes Vieira(Ordenador de Despesas).

Prefeitura Municipal de Mariana/MG - Resultado da Tomada de Preço 006/2018. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de reforma da quadra poliesportiva do Subdistrito de Barroca, Município de Mariana/MG. Vencedora: Fahel Construção Civil Ltda, CNPJ:07.381.241/0001-77, valor: R\$199.195,23. Mariana 27 de abril de 2017. Fabio Fernandes Vieira(Ordenador de Despesas).

Publicações Diversas: Extratos de Contratos e Convênios

Publicações Diversas: Extratos de Contratos e Convênios

2º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 122/2017 CONTRATADO (A): RONALDO EVARISTO MARCELINO **OBJETO:** Dilação de prazo por mais 60 dias. **DATA:** 06/02/2018 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 104/2018 CONTRATADO (A): AFRICA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DIGITAIS LTDA - ME **OBJETO:** Prestação de serviços de confecção de 25.000 (vinte e cinco mil) carnês de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano para atender a Secretaria Municipal de Fazenda. **VALOR:** R\$ 8.000,00 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 meses. **DATA:** 11/04/2018 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0601.04.123.0010.2.168 339039 1100 Ficha 108 **FUND. LEGAL:** Lei 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 302/2017 CONTRATADO (A): ASSOCIAÇÃO CLUBE OSQUINDÔ **OBJETO:** Apresentação artística do "*Clube Osquindô*" num total de 14 (quatorze) apresentações, com exibição de 07 (sete) espetáculos cênicos do "*Pequeno Grande Encontro*" e 07 (sete) do "*Circo da Jojoba*" em festividades populares e eventos promovidos pela Administração Municipal, atendendo ao Calendário Cultural do Município de Mariana. **VALOR:** R\$ 24.010,00 **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 31/12/2017 **DATA:** 17/11/2017 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 2401.13.392.0016.2.074-339039 1100 ficha 605. **FUND. LEGAL:** Lei 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

2º TERMO ADITIVO CONT. Nº 096/2017 CONTRATADO (A): ALESSANDRO NAZARENO DE CARVALHO & CIA. LTDA **OBJETO:** Dilação de prazo por mais 12 meses **DATA:** 06/03/2018 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei 8.666/93 e alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

6º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 149/2017 CONTRATADO (A): SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - HOSPITAL MONSENHOR HORTA **OBJETO:** Dilação de prazo até 31/12/2018 **DATA:** 29/03/2018 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal

4º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 144/2016 CONTRATADO (A): SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO - HOSPITAL MONSENHOR HORTA **OBJETO:** Dilação de prazo por 12 meses **DATA:** 10/04/2018 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0701.10.122.0024.2.433-339039 1102 ficha 136; 0701.10.301.0024.1.642-339039 1149 ficha 151; 0701.10.302.0024.2.415-339039 1102 ficha 175; 0701.10.302.0024.2.415-339039 1149 ficha 177 **VALOR:** R\$ 1.800.000,00 **FUND. LEGAL:** Art. 57, II da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2018 CONTRATADO (A): LC & RM OBRAS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME **OBJETO:** Execução de serviços de urbanização e obras complementares em ruas e logradouros do Município de Mariana. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 25/03/2019 **VALOR:** R\$ 849.000,00 **DATA:** 26/03/2018 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0501.15.451.0002.2.166-339039 1100 ficha 071; 0501.15451.0002.2.166-449051 1100 ficha 073 **FUND. LEGAL:** Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal nº 2.920/2002. Duarte Eustáquio Gonçalves Junior - Prefeito Municipal

Publicações SAAE Mariana

Legislação: Portarias

Legislação: Portarias

PORTARIA Nº 38, de 26 de Abril de 2018

Dispõe sobre o Plantão de final de semana no serviço de manutenção do sistema de distribuição de água do Município de Mariana.

O Diretor Executivo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mariana/MG, Amarildo Antônio Teixeira Júnior, no uso de suas atribuições, previstas na Lei Complementar 031/2006, em especial o disposto no art. 83 e seguintes;

Considerando as disposições do Decreto Municipal 8.794/2017 de 21.03.2017 que dispõe sobre a realização de horas extras no serviço público;

Considerando, por fim, a necessidade de manutenção continuada dos serviços públicos de distribuição de água potável no Município de Mariana e visando resguardar os interesses da população;

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar os servidores abaixo designados, para compor a Escala de Plantão nos dias 28, 29 e 30 de Abril e 01 de Maio de 2018:

1) Setor de Elétrica (manutenção de estação de bombeamento):

Edna Cristiana da Silva (28/04 e 29/04)

Edinei Jorvane Silva

Geraldo Emanuel da Silva (30/04 e 01/05)

José Neves Cardoso Júnior (30/04 e 01/05)

Nilton Frade Coelho (28/04 e 29/04)

2) Central de Atendimento Telefônico:

Adriana Rocha Santos

Wladimir Estefane de Castro

3) Manutenção Corretiva do Sistema de Abastecimento de Água/Esgoto:

Deusiane do Carmo de Paula

Dionísio José Teixeira (28/04 e 29/04)

Edson da Silva Gomes

Geraldo Emanuel da Silva 28/04 e 29/04 - Manobra Bandeirantes

Geraldo José Carneiro (30/04 e 01/05)

Heber Marcos Carioca Pereira

Leonardo Francisco Neto (28/04 e 29/04)

Marcos Antônio Ferreira Gomes

Maria Aparecida Santos Souza

Sidnei Costa (28/04 e 29/04)

4) Manutenção Corretiva do Sistema de Abastecimento de Água/Esgoto-Distrito:

Adilson Celestino Liberato (30/04 e 01/05)

Andre Dias Sena

Edenilson Arlindo Viana (Pedras)

Eloi Martins de Melo

Gilson Soares de Almeida

Kléber Eufrásio Dutra (30/04 e 01/05)

Marcos Romeu de Melo (28/04 e 29/04)

Reinaldo Borges (Cachoeira do Brumado)

Valdirene Aparecida da Silva Araújo (Barro Branco)

5) Manobras:

Anderson Gonzalez Bibiano (30/04 e 01/05)

José Lucas da Silva

Vinício Martins Alves (28/04 e 29/04)

6) Fiscalização/Apoio/Almoxarifado:

Emerson Natal de Paula Gonçalves

7) Escritório Operacional:

Rosevânia Maria Rosa

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mariana, 26 de Abril de 2018.

Amarildo Antônio Teixeira Júnior

Diretor-Executivo do SAAE/Mariana

